

A vacina contra crises

A crise entre o Executivo e o Legislativo e o Judiciário, em torno dos salários a serem pagos pelos dois últimos, provavelmente será resolvida sem que cheguemos ao extremo de uma ruptura da ordem constitucional, apesar do que se ouve e do que se sabe sobre a irritação dos militares, de tal ordem que chegou a ressuscitar as famosas reuniões dos clubes militares para discutir a conjuntura política nacional, coisa que não acontecia no Brasil desde a crise que precedeu a instalação do regime dos generais, 30 anos atrás.

Os ânimos continuam exaltados, mas a solução para esse entrevero, ao que tudo indica, virá com a reedição da Medida Provisória que criou a URV, no próximo dia 30, uma vez que o Congresso Nacional não deverá votá-la até lá. O governo poderá, então, tornar mais explícita a regra para conversão de todos os salários dos brasileiros, proporcionando uma saída honrosa para o Supremo Tribunal Federal, cujos ministros, a esta altura, pela reação dos militares, já devem ter percebido que o que está em jogo é muito mais do que algumas minudências jurídicas às quais estão aferrados. O Supremo — além da Câmara e do Senado — poderá alterar sua decisão sem parecer, ostensivamente, que se submeteu às pressões de um Executivo escudado pelos militares. Assim, salvar-se-iam todas as aparências, embora a imagem do Judiciário e do Legislativo já tenha sido definitivamente arranhada por esse episódio, por terem colocado em risco o plano de estabilização da economia brasileira por coisa tão mesquinha.

Entretanto, se provavelmente, em breve, estaremos respirando aliviados com o fim desta crise, não podemos baixar a guarda porque outras crises iguais ou piores poderão pipocar, uma vez que as condições político-institucionais que geram este tipo de crise permanecem as mesmas. O que esta crise trouxe mais uma vez à tona, com uma nitidez nunca

antes vista, foi a total falência do Estado brasileiro. Os três poderes que o compõem estão totalmente desentrosados, não têm suas funções definidas e claramente delimitadas e, por isso mesmo, em vez de trabalharem harmonicamente para conduzir os negócios da Nação, vivem numa espécie de **guerra fria** que, em determinadas circunstâncias, se torna quente, como acontece agora.

Enquanto não for estabelecida uma relação mais harmoniosa entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, enquanto não forem muito bem delimitadas as prerrogativas e as obrigações de cada um deles, e enquanto a independência que cada um deve ter em relação aos outros não tiver uma contrapartida que coíba os casos de abuso dessa independência como está ocorrendo neste caso, nossa democracia estará assentada sobre uma bomba que poderá explodir a qualquer instante. E, quanto mais o tempo passa, mais difícil fica desarmar esse artefato, pois cada crise sempre deixará seqüelas. Desta atual podemos anotar, além do desgaste do Judiciário — o Legislativo já estava desgastado há muito tempo —, o retorno dos militares ao primeiro plano do cenário político.

A vacina contra crises institucionais só poderá ser encontrada na reforma das estruturas do Estado brasileiro. E esta, infelizmente, depende dessa revisão constitucional que parece cada vez mais ameaçada. Os principais defensores da revisão estão fazendo esta semana o último esforço para que ela não naufrague no desinteresse dos parlamentares e no jogo da sucessão presidencial. Se não for possível votar tudo o que é necessário agora, que pelo menos, por meio de uma emenda constitucional, deputados e senadores, juízo readquirido, criem condições para que a revisão possa prosseguir no próximo ano, com um novo Congresso e sem a influência da conjuntura eleitoral.